

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.408.908 - RJ (2018/0318288-3)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : RAFAEL LOUZADA BODANESE
AGRAVANTE : SPORTS FOR FUN PARTICIPACOES
ADVOGADO : PEDRO DE MENEZES REIS - RJ127445
AGRAVADO : GIUSEPPE SEBASTIANO DIOGUARDI JUNIOR
ADVOGADOS : ROGÉRIO CARMONA BIANCO - SP156388
RENAN VAROLLO PERLATI - SP373814

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE EXAMINA OS PRESSUPOSTOS DE LIMINAR. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL AFASTADA. PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. PRESSUPOSTOS PARA O EMPRÉSTIMO DE EFEITO SUSPENSIVO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SÚMULAS NºS 735 DO STF E 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

RAFAEL LOUZADA BODANESE e SPORTS FOR FUN PARTICIPAÇÕES (RAFAEL E SPORTS FOR FUN) interpuseram agravo de instrumento contra decisão que, nos autos ação de ação de exibição de documentos cumulada com cominatória de obrigação de não fazer contra eles ajuizada por GIUSEPPE SEBASTIANO DIOGUARDI JUNIOR (GIUSEPPE), deferiu o pedido de antecipação de tutela pleiteado.

O Tribunal fluminense negou provimento aludido agravo de instrumento em acórdão assim ementado:

Direito Processual Civil. Direito Processual Civil. Tutela provisória cautelar antecedente. Concessão. Agravo de instrumento interposto pela demandada. Indeferimento de efeito suspensivo. Agravo interno. Alegação de impossibilidade de apresentação do livro diário de 2016 antes do prazo estipulado pela Receita Federal para sua entrega, isto é, 31/05/2017, apenas por mera solicitação de um dos sócios tendo como pretexto o cumprimento de uma norma do Código Civil, obrigando-se a sociedade a confeccioná-lo às pressas. Escrituração diária que decorre de obrigação legal. Efeito suspensivo corretamente indeferido. Decisão mantida. Recurso improvido. (e-STJ, fl. 356).

Superior Tribunal de Justiça

Os embargos de declaração opostos por RAFAEL E SPORTS FOR FUN foram rejeitados (e-STJ, fls. 395/400).

Irresignados, RAFAEL E SPORTS FOR FUN interpôs recurso especial, fundado nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, apontando a violação dos arts. 413, 884 do CC/02, 537 e 1.022 do NCPC, sustentando, em síntese, 1) o acórdão teria sido contraditório ao entender necessária a entrega do livro diário de 2016 e, ao mesmo tempo, afirmar que a multa cominatória fixada não poderia ser considerada excessiva; 2) o aresto teria sido omissivo ao não se manifestar sobre o entendimento do STJ no sentido de que deveria ter sido fixado um teto máximo para as astreintes; 3) a existência de justa causa para a não apresentação do livro diário referente ao ano de 2016; e, 4) a necessidade de redução da multa diária fixada na hipótese.

a presença dos pressupostos para a concessão da antecipação da tutela pleiteada no caso concreto.

O apelo especial não foi admitido na origem sob o fundamento de incidência das Súmulas nºs 735 do STF e 7 do STJ.

RAFAEL E SPORTS FOR FUN, então, interpuseram o presente agravo renegando a incidência dos aludidos óbices e repisando as teses ventiladas no apelo nobre denegado na origem.

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 501/546).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece prosperar.

Inicialmente, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Examinando a preliminar de nulidade em razão das alegações de contradição e de omissão no aresto atacado, verifica-se nitidamente a pretensão infringente dos declaratórios opostos na origem, o que afasta a suposta violação do art. 1.022 do NCPC.

De fato, tendo o Tribunal fluminense consignado expressamente que *a escrituração do livro diário é obrigatória e diária, não se tratando, como quer ela fazer crer, de executar a determinação judicial às pressas e por mero capricho do sócio*

Superior Tribunal de Justiça

agravado, mas, sim, de atuar em conformidade com obrigação legal, não se vislumbram os vícios imputados ao acórdão recorrido, mas a exclusiva pretensão modificativa dos embargos de declaração opostos, o que, como sabido, é manifestamente incompatível com a via integrativa.

Superada a prefacial, cumpre destacar que, na esteira de entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal, não cabe recurso especial para apreciar questão relacionada ao deferimento de medida liminar ou à antecipação dos efeitos da tutela, a teor do Verbete nº 735, aplicável por analogia.

Nesse sentido, confirmam-se, também, os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS Nº 7/STJ E Nº 735/STF.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entende que não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, haja vista a natureza precária da decisão, a teor do que dispõe a Súmula nº 735/STF.

2. Rever as conclusões do tribunal recorrido demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 573.120/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, julgado em 3/2/2015, DJe 9/2/2015)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REVISÃO NO STJ. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 735/STF. SÚMULA 7/STJ. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NATUREZA ALIMENTÍCIA. VERBETE 83 DA SÚMULA DO STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. [...].

2. O STJ, em sintonia com o disposto no enunciado da Súmula 735 do STF, entende que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito. Apenas violação direta ao dispositivo legal que disciplina o deferimento da medida autorizaria o cabimento do recurso especial, no qual não é possível decidir a respeito da interpretação dos preceitos legais

Superior Tribunal de Justiça

que dizem respeito ao mérito da causa. Precedentes.

3. Ainda que cabível, em tese, o recurso especial, seria imprescindível o reexame do contexto fático e probatório dos autos para a verificação dos pressupostos ensejadores da tutela antecipada, providência inviável nesta instância em face da Súmula 7/STJ, conforme a jurisprudência pacífica desta Corte.

4. [...].

(AgRg no AREsp 237.478/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado em 26/5/2015, DJe 2/6/2015)

A par disso, também é assente nesta Corte Superior que a revisão das conclusões do Tribunal recorrido, a respeito da presença ou não dos pressupostos para a concessão do efeito suspensivo ao agravo, demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Inaplicável, no caso, a majoração dos honorários advocatícios prevista no art. 85, § 2º c/c § 11 do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator